



ISSN: 2310-0036

Vol. 1 | Nº. 7 | Ano 2016

## Fidel Terenciano

*Universidade Católica de Moçambique*

[fideldeanarosa@gmail.com](mailto:fideldeanarosa@gmail.com)

## Miguel Natha

*Universidade Católica de Moçambique*

[mnatha@ucm.ac.mz](mailto:mnatha@ucm.ac.mz)



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: [reid@ucm.ac.mz](mailto:reid@ucm.ac.mz)

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

# Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade

---

## RESUMO

O artigo tem por objectivo analisar a evolução e indicadores de avaliação da qualidade no ensino superior em Moçambique. Desde a independência, o ensino superior em Moçambique cresce considerando as dinâmicas contextuais e conjunturais. O estabelecimento do ensino superior data desde 1962, com a criação dos Estudos Gerais e Universitários de Moçambique, passando para Universidade Lourenço Marques em 1968 e, posteriormente, substituída por Universidade Eduardo Mondlane. Nossa evidência é de que a função primordial da Universidade é formar e produzir recursos humanos capazes de servir aos desafios técnico-científicos e profissionais com vista à melhoria das condições de vida da população. Neste contexto, o incremento do ensino superior foi também acompanhado pela criação de mecanismos para avaliar a sua qualidade. Metodologicamente, o trabalho é descritivo e desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, como forma de correlacionar os dados secundários estatísticos existentes sobre os indicadores do ensino superior em Moçambique, ao mesmo tempo em que trazemos um debate teórico sobre a avaliação de qualidade no ensino. Deste modo, o estudo conclui que a expansão e regulamentação da avaliação da qualidade no ensino superior teve em vista considerar não só os macros indicadores (expansão do ensino superior em um contínuo; número dos estudantes matriculados vis-à-vis os graduados), mas igualmente os indicadores micros (as modalidades de financiamento do ensino superior; as qualificações dos professores e a expansão das universidades proporcionalmente às províncias de Moçambique).

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Avaliação de Qualidade; Moçambique.

---

---

## Introdução

[...] Mais do que expandir, é preciso melhorar os padrões e a qualidade de ensino superior em Moçambique [...] (Os autores, 2016).

A educação superior em Moçambique tem vindo a crescer no contexto Moçambicano. Dados estatísticos do ensino superior em Moçambique evidenciam que houve uma expansão crescente tanto do número das universidades, bem como o seu acesso. Alguns autores (Taimo, 2010; Rosário, 2012; Ferreira, 2013; Langa, 2014) indicam que o ensino superior em Moçambique expandiu-se ao mesmo tempo em que contribuiu para o desenvolvimento da sociedade, possibilitando a inovação tanto das práticas comuns, da ciência e da tecnologia. A pretensão deste artigo é analisar as dinâmicas da avaliação da qualidade do ensino superior, considerando alguns indicadores utilizados para avaliar a qualidade das Instituições do Ensino Superior (IES) em Moçambique, e seguidamente, incluímos elementos como expansão e a qualificação dos docentes nas IES quer públicas ou privadas, como indicadores importantes para tal avaliação.

Nos últimos tempos, nota-se um alargamento das instituições de ensino superior, tanto pública, como privadas, ao longo de todas as províncias de Moçambique, de forma desproporcional. Historicamente, o ensino superior em Moçambique foi instituído em um momento muito conturbado, o que levou Portugal, enquanto colonizador, a partir das pressões externas, ligadas ao processo de descolonização, a criar instituições de ensino superior (IES) tanto em Moçambique, bem como em Angola, em 1962 e que foi denominado por Estudos Gerais Universitários (Taimo, 2010). A criação das universidades nas colónias não significou necessariamente a inclusão dos negros africanos, dando clara indicação que continuou com privilégio de grupos como assimilados, filhos de colonos e filhos de índios, em detrimento dos negros (Taimo, 2010). No entanto, o ensino superior em Moçambique passou por um conjunto de transformações radicais, como o encerramento de faculdades ainda em tempos do regime socialista (Ferreira, 2013) e momentos de expansão e diversificação de IES depois da Constituição de 1990.

Entendemos que no período de partido único, a visão do Sistema Nacional de Educação (Lei 3/83 de 23 de Março de 1983), nas disposições sobre ensino superior, estabeleceu que o conhecimento produzido na Universidade devesse ligar-se com as conquistas da nova sociedade política. Duas dimensões importantes: a questão de ensino, que Taimo (2010) considera de suma importância, pelo facto deste poder sustentar a necessidade do professor continuamente ter a formação, para melhorar não só os conteúdos que ministra, bem como melhorar as técnicas e metodologias de ensino. Por outro lado, a pesquisa, que significava que a universidade estaria cumprindo o seu papel de busca constante das soluções dos problemas que o país enfrenta. Deste modo, o artigo está estruturado da seguinte maneira: a segunda secção trouxemos uma breve discussão teórica da avaliação e qualidade do ensino superior. Na terceira parte, apresentamos a metodologia do nosso estudo. Na quarta, discutimos os achados da nossa pesquisa, onde foram incluídos elementos como avaliação de qualidade no Ensino

Superior em Moçambique; Evidências de indicadores de avaliação de qualidade nas IES, e a qualificação dos docentes como indicador da avaliação. E finalmente a conclusão.

### **Avaliação e Qualidade do ensino Superior: Uma discussão Teórica**

As instituições de ensino superior vêm passando por um conjunto de transformações, que vão desde a expansão, até a diversificação e internacionalização. E parte considerável destas ações associa-se a intervenção do Estado tanto ao nível nacional e internacional. Associado a isso, nos anos 90, os estados começam preocupar-se com ampliação e avaliação dos índices de produtividade e desempenho nos seus sistemas de ensino, o que resultaria na melhoria do capital cultural e fonte de concorrência internacional (Tauchen, 2015).

Brandalise (2012) sugere que a percepção da avaliação dentro do processo avaliativo assenta-se em diferentes fundamentos metodológicos de avaliação, que considera a avaliação de aprendizagem, de currículo, dos docentes dentro do sistema da educação superior. Segue-se apresentando tipos de avaliação, as quais podem ser classificadas segundo vários critérios, conforme indicado por Cohen e Franco (1993) e Cotta (2001), Silva e Silva (2012): **Avaliação externa** – realizada por especialistas exógenas a instituição responsável pelo programa, com experiência na actividade; **Avaliação interna** - realizada por pessoas dentro da instituição responsável e **Avaliação mista**, que combina os dois tipos de avaliações, mas permite que os avaliadores externos tenham uma ligação com os participantes do programa a ser avaliado. A **avaliação participativa** – utilizada em pequenos projectos e possibilita a participação de beneficiários das acções no planeamento, programação, execução e avaliação dos mesmos.

Versieux (2004) sugere dois tipos de instrumentos de avaliação, quantitativos e qualitativos. Os instrumentos **quantitativos**, basicamente, lidam com a construção de indicadores estatísticos (testes estandardizados censitários ou amostrais), tais como: número de alunos, professores, relação entre ingressos e egressos, qualificações, dedicação, titulação de professores e infraestrutura: biblioteca, laboratórios, o que possibilita construção de números para análise e confrontação. Os instrumentos **Qualitativos** que inclui os elementos de auto-avaliação, tais como: entrevistas, questionários, o envolvimento da comunidade, a prática da gestão, análise curricular, planos de cursos e outros, e que envolve aspectos subjectivos.

Duas dicotomias surgem para discutir a qualidade do ensino superior: a dimensão qualitativa e a dimensão quantitativa (Burmalaqui, 2008). O autor alude que a noção de complexidade da realidade a ser avaliada, como o curso ou instituição do ensino superior, permite utilizar informações ou técnicas de natureza específica - quantitativas - e pode representar perda de informações chaves de ordem subjectiva - qualitativa. Coêlho (2003) citado por Burmalaqui (op. cit.) sugere que a utilização excessiva de informações quantitativas, como “a base de avaliação do ensino superior”, além de pressionar os indivíduos para alcançarem determinados indicadores quantitativos, não é capaz de garantir que se avalie a qualidade do trabalho realizado.

As informações de natureza qualitativa e quantitativa podem ser utilizadas de forma combinada, mas é importante considerar outros aspectos como a percepção subjectiva dos actores sobre o processo do qual fazem parte, o clima organizacional e institucional, a motivação, o compromisso dos actores envolvidos, e outras dimensões (Burmalaqui, 2008). Todavia, os sistemas nacionais de avaliação dos diversos quadrantes do mundo têm tido dificuldades em identificar os indicadores de qualidade e o conceito de qualidade e o processo de operacionalização tem se indicado complexo (Tauchen, et all, 2015). Considerando a dificuldade e a diversidade da definição da qualidade do ensino superior, Bertolin (2009) sugeriu três tendências básicas: a) A economicista, que se vincula ao crescimento da economia, empregabilidade e eficiência; b) A pluralista, voltada ao desenvolvimento económico, cultural, social e democrática, considerando a diferenciação, pertinência e participação; e c) A equidade, orientada para a promoção da igualdade de oportunidades e coesão social.

### **Metodologia**

Metodologicamente, trata-se de um trabalho descritivo, realizado por combinação de medidas de produtividade qualitativas associadas às medidas quantitativas, que permitiram fazer uma análise da avaliação da qualidade no ensino superior em Moçambique, posto isto analisou se as dinâmicas do ensino superior em Moçambique, principalmente a questão da avaliação e os indicadores para mensurar a qualidade das IES.

A base de dados secundária foi quantitativa e qualitativa, de entre eles, os relatórios que apresentam elementos e indicadores estatísticos para mensurar a qualidade de ensino superior em Moçambique. Estes dados foram em sua maioria recolhidos tanto de sites do Ministério de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), bem como no site do Conselho Nacional da Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ). Ademais, estes dados sobre o ensino superior, foram identificados, coletados e agregados numa perspectiva padronizada, simultaneamente, operacionalizamos os dispositivos legais as quais as IES se submetem para implementação da avaliação de qualidade. Seguidamente, utilizando das diversas técnicas de pesquisa, fizemos uma análise da literatura sobre a temática avaliativa e qualitativa no ensino superior embasado numa dimensão problemática, com o fim de apresentar uma pesquisa teórica e empírica na área de avaliação da qualidade no ensino superior, quer a nível nacional, bem como internacional.

Desenvolvemos um estudo baseado em revisão bibliográfica de livros e artigos que propiciou uma discussão conveniente acerca do debate da avaliação e qualidade no ensino superior. Do ponto de vista temporal, a nossa análise compreendeu o período que vai desde início da década de 2000 até princípios da década de 2010. A pesquisa também teve um cunho exploratório, pelo facto de ter utilizado pesquisas empíricas e bibliográficas existentes e referentes à avaliação da qualidade do ensino superior em Moçambique. Igualmente, nossa observação foi baseada na modelagem e apresentação de tabelas e gráficos, o que nos permitiu correlacionar as variáveis de análise e a sua devida interpretação.

## Resultados e Discussão

### **Avaliação da Qualidade no Ensino Superior em Moçambique:**

A temática à avaliação de qualidade tem-se associada à retrospectiva histórica do ensino superior em Moçambique. Retrospectivamente, a gestão das IES contemplou se sempre por uma legislação específica, por meio de regulamento, planos estratégicos (Rosário, 2012; Langa, 2014). Dentro dessa legislação, houve permanentemente preocupação com a questão da qualidade como elemento fundamental para estruturar o funcionamento e a ligação entre o ensino superior e os desafios do país, por meio de extensão que podem ajudar a resolver as problemáticas da sociedade (Libâneo, 1999).

Os governos tiveram sempre a preocupação com a questão de qualidade no ensino superior, por constituir um mecanismo importante de contribuição na melhor condução dos sistemas de ensino superior em todo mundo (Souza, 2009; Souza & Oliveira, 2010). Com o surgimento e expansão do ensino superior em Moçambique e no mundo e a necessidade de ofertar o ensino superior com qualidade, houve inevitabilidade de subscrever um conjunto de exigências para que esta oferta seja com qualidade conforme os preceitos da sociedade.

A avaliação da qualidade do ensino superior em Moçambique visa responder aos diversos desafios, dos quais, controlar o declínio da qualidade, a expansão do acesso e equidade, através da definição dos padrões e indicadores de qualidade de ensino; garantir o uso eficiente dos recursos financeiros, considerando o aumento do número de estudantes, professores e funcionários técnico e administrativo; estabelecimento de mecanismos de accountability e controle da qualidade do ensino, diante da autonomização que as IES têm, assegurando a mobilidade de estudantes e docente entre as instituições quer ao nível nacional, quer ao nível internacional; e, finalmente, estimular a busca de excelência (Khan, Chiziane & Mondjane, s/d; Burlamaqui, 2008; Ferrer, 1999). Assim, o governo de Moçambique e a Assembleia da República instituem um conjunto de mecanismos políticos e normativos para promover a qualidade do ensino superior, conforme a organização e indicação (Premugy, 2012; Langa & Zavale, 2015), que indicam os principais instrumentos legais que regulam o funcionamento do ensino superior público ou privado, e, por outro lado, os procedimentos e indicadores da qualidade do ensino superior, que apresentamos a seguir:

- *Lei do Sistema Nacional de Educação. Lei nº 6/92 de 6 de Maio de 1992;*
- *Lei do Ensino Superior. Lei nº 1/93 de 24 de Junho de 1993;*
- *Lei do Ensino Superior. Lei nº 5/2003 de 21 de Janeiro de 2003;*
- *Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior. Decreto nº 63/2007 de 31 de Dezembro.*
- *Lei do Ensino Superior. Lei nº 27/2009 de 29 de Setembro;*
- *Qualificadores Profissionais de Funções específicas do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior. Resolução nº 23/2009. De 10 de Dezembro.*
- *Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações. Decreto nº 30/2010 de 13 de Agosto;*
- *Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos. Decreto nº 32/2010, de 30 de Agosto de 2010.*

- *Regulamento e Licenciamento e Funcionamento das Instituições do Ensino Superior, Decreto n.º 48/2010. De 11 de Novembro de 2010;*
- *Regulamento do Conselho Nacional de Ensino Superior. Decreto nº 29/2010. De 13 de Agosto.*
- *Regulamento de Inspeção às Instituições de Ensino Superior. Decreto nº 27/2011;*

Estes dispositivos legais regulam a criação, funcionamento e dinâmicas do ensino superior em Moçambique, e têm em vista o bom andamento do ensino superior e aumentando deste modo, a qualidade. Foi neste contexto que surgiu especificamente o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior em Moçambique (SINAQES). O SINAQES foi criado considerando a expansão das IES em Moçambique, associado às exigências e as necessidades nacionais, regionais e internacionais, concomitantemente, harmonizando as necessidades e adequação do ensino superior às precisões internas e os padrões globais, regionais e globais de qualidade (Decreto nº 63/2007; Premugy, 2012). O SINAQES apresenta três dimensões das quais: *Auto-Avaliação* (conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são operados pelas próprias IES para avaliar seu desempenho); *Avaliação Externa* (conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são operados por entidades externas às instituições do ensino superior para avaliarem o seu desempenho); *Acreditação* (é o culminar do processo de avaliação externa que consiste na certificação pelo órgão implementador e supervisor do SINAQES, da qualidade de uma instituição de ensino superior ou dos seus cursos e programas).

Nestes termos, o SINAQES têm algumas atribuições, nomeadamente, desenvolver e promover o princípio da cultura de procura constante da qualidade dos serviços prestados pelas IES à sociedade; Identificar, Desenvolver e Implementar, Normas e Indicadores de Qualidade; Informar à sociedade sobre qualidade do ensino nas IES (Premugy, 2012). Do mesmo modo, as três dimensões, apresentam objectivos diferentes: A dimensão da *Auto-Avaliação* têm os seguintes princípios: Participação; Transparência; Regularidade e Incrementalidade; Obrigatoriedade e Divulgação, já a *Avaliação Externa* rege-se pelos princípios: Objetividade; Igualdade; Transparência; Participação; Regularidade; Periodicidade e Confidencialidade. Por último, a *Acreditação* pauta por: Objetividade; Igualdade; Transparência; Regularidade e Periodicidade; Independência.

Considerando as pretensões do estudo, é importante destacar o Plano Estratégico de Ensino Superior (PEES 2012-2020), pois nele apresentam-se alguns princípios que guiam o funcionamento do ensino superior e a questão de qualidade que é tratada como elemento funcional para atingir os objectivos pretendidos. Assim, o PEES 2012-2020 alimenta a ideia de que o Ensino Superior deve continuar a sua expansão, com equilíbrio e qualidade. Ao que se refere à qualidade, expansão e acesso, o PEES (2012-2020) sustenta que há necessidade de fazer crescer o ensino superior, melhorando a sua qualidade, promovendo a expansão e acesso equitativo ao ensino superior com padrões internacionais de qualidade, através de medidas como a diversificação das instituições de ensino superior, aumentando o volume de bolsas de estudos para os estudantes, professores, intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e a contínua melhoria das infraestruturas.

### **Evidências de Indicadores da Avaliação da Qualidade nas IES em Moçambique**

O processo de avaliação de qualidade no ensino superior passou por um conjunto de transformações, desde a década de Noventa. Não apenas em Moçambique, mas em diversas nações que começaram a investir, por um lado, na expansão do ensino superior, significando que essa expansão deveria ser acompanhada do alcance de alguns objectivos e indicadores de qualidade no ensino superior, entre eles a equidade e igualdade, assim, como indicado por Texeira (1964), o facto de a universidade reunir adultos, experientes, intelectuais e profissionais em busca da formação para resolução dos desafios exógenos e endógenos a instituição de ensino. Associado a isso, o SINAQES (2007) e PEES (2012-2020), apresentam um conjunto de directrizes e dimensões para mensurar a qualidade do ensino superior em Moçambique. Do ponto de vista de recorte metodológico, optamos por apresentar algumas dimensões de avaliação da qualidade do ensino superior e discutimos de forma profunda.

Autores como Taimo (2010), Langa (2014), Rosário (2013) indicam que desde a liberalização do país, e com a introdução da constituição de 1990, notou-se surgimento de IES privadas e públicas. Estas dinâmicas levaram ao surgimento de duas dinâmicas que entre si se complementam: de um lado, verificou-se a expansão do ensino superior em Moçambique, e de outro lado, notou-se uma massificação do acesso e ingressos. Trow (1973) citado por Langa (2014), os processos de massificação do ensino superior apresentavam dinâmicas e números estatísticos que em parte contradiziam a tese segundo a qual, maior expansão, significava necessariamente maior acesso. Como ele mesmo evidencia que, só pode ser considerada uma situação a qual há correspondência entre expansão e acesso, se chegarmos aos 15% de participação da população activa. Deste modo, em Moçambique, as taxas de participação no ensino superior rondam em torno de 3%, que é uma taxa baixa se comparadas à taxa média dos países da África Subsaariana (6%). Em seguida, demonstramos a evolução numérica da expansão das IES em Moçambique.

**Tabela 1:** Lista de Instituições de ensino Superior em Moçambique

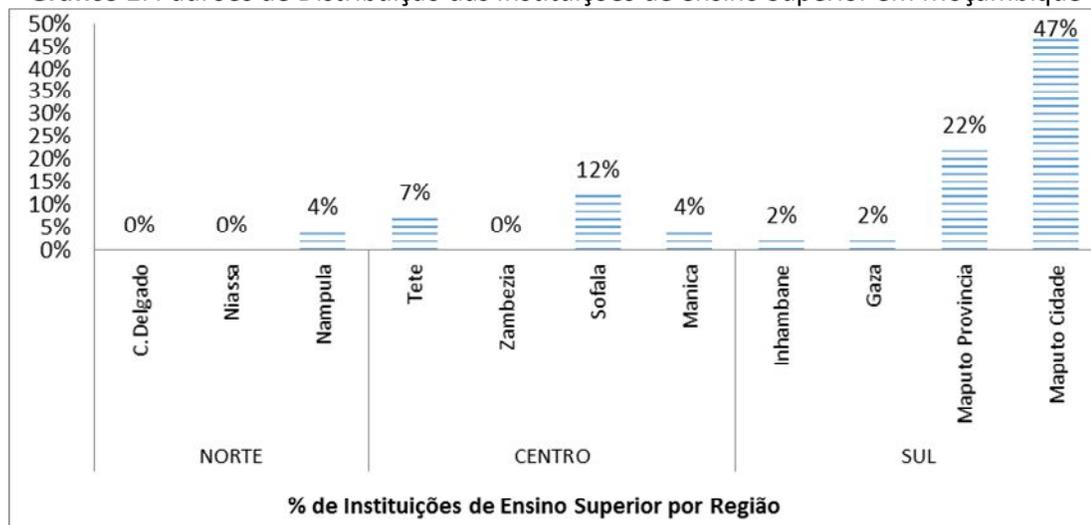
<b>Nome da Instituição</b>	<b>Sede</b>	<b>Ano da criação</b>	<b>Pública/Privada</b>
Universidade Metodista Unida de Moçambique (UMUM)	Inhambane	2014	Privada
Instituto Superior Mutassa (ISMU)	Manica	2012	Privada
Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM)	Manica	2005	Pública
Instituto Superior Monitor (ISM)	Maputo	2008	Privada
Universidade Politécnica (A POLITÉCNICA)	Maputo	1995	Privada
Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)	Maputo	2004	Privada
Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM)	Maputo	2005	Privada
Instituto Superior de Gestão Administração e Educação (ISGEA)	Maputo	2013	Privada
Escola Superior de Economia e Gestão (ISEG)	Maputo	2004	Privada
Instituto Superior dos Transportes e Comunicações (ISUTC)	Maputo	1999	Privada
Instituto Superior Dom Bosco (ISDB)	Maputo	2006	Privada
Instituto Superior Maria Mãe de África (ISMMA)	Maputo	2008	Privada
Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGECOF)	Maputo	2009	Privada
Instituto Superior de Comunicação e imagem de Moçambique (ISCIM)	Maputo	2008	Privada
Instituto Superior de Ciência e Gestão (INSCIG)	Maputo	2009	Privada
Instituto Superior de Gestão de Negócios (ISGN)	Maputo	2011	Privada
Universidade Mussa Bin-Bique (UMB)	Maputo	1998	Privada
Universidade Pedagógica (UP)	Maputo	1985	Pública
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Maputo	1962	Pública
Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)	Maputo	1986	Pública
Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA)	Maputo	2003	Pública
Academia de Ciências Policiais (ACIPOL)	Maputo	1999	Pública
Instituto Superior de Administração Pública (ISAP)	Maputo	2005	Pública
Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN)	Maputo	2004	Pública
Escola Superior de Jornalismo (ESJ)	Maputo	2008	Pública
Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC)	Maputo Província	2005	Privada
Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini (ISGE-GM)	Maputo Província	2014	Privada
Instituto Superior de Educação e Tecnologia (ISET)	Província	2008	Privada
Instituto Superior de Estudos e Desenvolvimento Local (ISEDEL)	Maputo Província	2012	Privada
Universidade Wutivi (UnTiva)	Maputo Província	2008	Privada
Universidade Nachingwea (UNA)	Província	2011	Privada
Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)	Maputo Província	1996	Privada
Instituto Superior de Ensino à Distância (ISED)	Maputo Província	2014	Privada
Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC)	Província	2008	Pública
Universidade Lúrio (UniLúrio)	Nampula	2006	Pública
Academia Militar Marechal Samora Machel (AM)	Nampula	2003	Pública
Instituto Superior de Ensino Aberto e a Distância (ISEAD)	Província de Maputo	2014	Privada
Escola Superior de Gestão Corporativa e Social	Província de		

**Fonte:** CNAQ (2016) e MCTESTP (2015). Adaptado pelos autores (2016).

A partir da abordagem histórica e cronológica da evolução e expansão do ensino superior em Moçambique, foi possível verificar que desde criação da primeira universidade em Moçambique, verificou-se o surgimento de várias universidades, em dinâmicas diversificadas. Na década de 1980, destacou-se o aparecimento de duas IES - Universidade Pedagógica (1985) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (1986). A década de 1990 teve um crescimento considerável em termos de criação de IES, pois compreende 12% do total das instituições até então existentes em Moçambique. A década de 2000 a 2009 foi o boom da criação das IES, onde se verificou que das 49 IES em Moçambique, foram criadas varias IES que correspondem 54%. Nos anos (2010-2015), distinguiu-se o surgimento de treze (13) instituições, o que corresponde a 26% do total.

Os dados sugerem-nos que o país cresce de forma rápida do ponto de vista de quantidade de instituições, sobretudo as privadas, o que facilita o ingresso da população no ensino superior. Por exemplo, Otero e Piñol (2004) indicam que mesmo que seja algo típico nas cidades médias e grandes a existência de IES, as pequenas cidades já oferecem ensino superior aos moradores, como se verifica a expansão em forma de delegações de algumas IES em Moçambique.

**Gráfico 1:** Padrões de Distribuição das Instituições de ensino Superior em Moçambique



**Fonte:** CNAQ (2016) e MCTESTP (2015). Adaptado pelos autores (2016).

A criação de Instituições de Ensino Superior não foi algo linear, pois esteve atrelado à um conjunto de dinâmicas conjunturais, com destaque às necessidades do país, a questão da aderência de Moçambique à economia de mercado, a democratização nos finais de 1980 e início de 1990, liberalização da própria economia e, conseqüentemente, da sociedade (Taimo, 2010; Langa, 2014), influenciou a criação de instituições ao nível nacional e local, mas de forma concentrada. A nossa tipologia de concentração, deveu-se pelo facto de, das 49 IES existentes e distribuídas em várias províncias de Moçambique, do ponto de vista da sua criação, sede e funcionamento, 47% do total, encontram-se sedeadas em Maputo, 22% estão sedeadas na

Província de Maputo; 12% na Beira, 7% em Tete, Manica e Nampula com apenas 4% cada, Gaza e Inhambane 2%, e Cabo Delgado e Niassa, não têm sede de alguma IES.

### Financiamento das Instituições de Ensino Superior em Moçambique

O processo de expansão do ensino superior deve ser atrelado à questão do financiamento (Borges, 2005). Assim, o financiamento das IES tem sido um debate muito recorrente nos últimos tempos. Várias pesquisas procuraram discutir o investimento e desinvestimento do sector da educação principalmente o ensino superior e como este financiamento influencia no alcance dos padrões da avaliação da qualidade das instituições de ensino, quer públicas, assim como as privadas. Santos (2010) citado por Langa (2012) sustenta que houve um processo de desinvestimento do ensino superior como um fenômeno global, mas que teve efeitos adversos em vários países, quer do centro, quer da periferia. Para este autor, verificou-se uma redução proporcional dos investimentos às universidades, por parte do governo, o que influenciou na redução das despesas e dos gastos das instituições do ensino superior, ou seja, nota-se que o financiamento das universidades públicas continua a diminuir em termos reais (Wangenge-Ouma, 2007; Johstone, 2001, citado por Langa, 2012). No entanto, o debate sobre o desinvestimento financeiro no ensino superior contraria a crescente demanda social pelo ensino superior, como é apontado por Santos (2000). Indicamos acima que houve uma procura do ensino superior em diversos quadrantes do mundo, Moçambique não ficou imune desse processo, principalmente nas últimas duas décadas.

**Tabela 2:** Evolução do Orçamento/Financiamento e Despesas do Ensino Superior em Moçambique (2005-2010)

Ano	Funcionamento	Total	Investimento		Total Geral	Funcionamento %	Despesas Ensino Superior	% Despesas Ensino Superior
			Interno	Externo				
2005	915,734	269,943	90,855	179,088	1,185,677	77.2%	913,729	77,1%
2006	980,121	360,319	95,053	265,266	1,340,440	73.1%	1,104,209	82,4%
2007	1,085,160	453,888	128,230	325,658	1,539,055	70.5%	1,374,520	89,3%
2008	1,363,640	647,080	303,976	343,104	2,010,725	67.8%	1,945,931	96,8%
2009	1,610,850	952,079	473,209	478,870	2,562,935	62.9%	2,456,793	95,9%
2010	2,467,150	998,243	874,759	123,484	3,465,339	71.2%	3,112,200	89,8%

**Fonte:** PEES (2012-2020) – Conta Geral do Estado. Adaptado pelos autores (2016).

A partir destes dados, de acordo com Santos (2010), Langa (2012) houve ao longo do tempo um desinvestimento nas universidades públicas, especialmente nas Políticas Públicas do Estado, que foi correlacionado à perda de prioridade dos sectores sociais (educação, saúde e segurança pública), resultante do modelo económico dominante: o neoliberalismo. Verificou-se que qualquer financiamento, público ou privado, nas áreas acima elencadas, passou a ser considerado como investimento cujo retorno cabia essencialmente ao governo.

Em Moçambique, constata-se que o aumento do orçamento no ensino superior cresceu ao longo dos anos. Do mesmo modo, em termos proporcionais, o ano de 2010 houve uma redução no nível de investimento externo, ao mesmo tempo em que cresceu em dobro o investimento interno. Langa (2014) demonstrou que o ensino superior constitui um assunto complexo, por engendrar várias dinâmicas, apresentar várias fontes de receita, e várias saídas/produtos. Deste modo, os padrões de receitas e despesas variam consideravelmente por tipo de instituição, o curso, duração e os programas, se a gestão é pública ou privada, se o estado é rico ou pobre. No ensino privado, os níveis de despesa e investimento, etc., variam em consonância com a riqueza da instituição, o nível de financiamento, políticas de propinas, as direcções das IES (Johstone & Marcucci, 2010; Langa, 2014).

Há sugestão de modalidades que os Estados utilizam para classificar o financiamento do ensino superior (Conceição, et al, 1998; Velloso, 2000; Jongloes & Maassen, 1999): **1- Financiamento incremental ou inércia** (onde os recursos financeiros estabelecidos em um ano baseiam-se nos recursos do ano anterior. O governo estabelece unilateralmente ou em conversação com a instituição, e, talvez, simplesmente incrementa percentualmente o financiamento ano após ano); **2-Financiamento por Fórmulas** (que se dá pelo estabelecimento de variáveis/indicadores institucionais que participam de uma expressão lógica, indicando no final qual percentual ou valor se direcciona para cada instituição que participa da distribuição); **3-Financiamento Contratual** (que se estabelece entre a Instituição e o Estado, materializando um contrato ou acordo que a IES se compromete a concretizar em um determinado programa ou atingir determinados objectivos, o que lhe permite receber do Estado uma contrapartida); **4-Financiamento por Subsídios às mensalidades dos estudantes** (utilizando as mensalidades dos estudantes, utilizando os cheques educacionais).

No contexto Moçambicano, notavelmente, as IES Pública aplicam-se aos mecanismos de financiamento incremental ou inércia e o financiamento por fórmulas. Enquanto as IES Privadas, neste modelo proposto, se encaixam no item 4, que é financiamento por subsídio às mensalidades dos estudantes. Um modelo de financiamento que é proposto no PEES (2012-2020) que todas as IES em Moçambique, sejam elas do tipo público ou privado, devem seguir, que é: (I) Financiamento de base - financiamento directo que visa assegurar o funcionamento corrente das IES; (II) Financiamento Institucional - financiamento directo baseado em projetos competitivos de investigação e afins; e (III) Financiamento dos Estudantes – financiamento indirecto através de bolsas de estudo e propinas dos estudantes. No entanto, o Estado

disponibiliza fundos para o funcionamento do Ensino Superior Público, que pode ser extensivo também ao sector privado. Sugere-se que o Estado pode financiar o ensino superior privado por via de (I) Investimento público total ou parcial em infraestruturas – laboratórios, mediante contratos de prestação de serviços; (II) Apoios Públicos indirectos, benefícios fiscais, redução de taxas aduaneiras, créditos bonificados, etc.; (III) Financiamentos diversos de organizações de cooperação da sociedade civil para implementar cursos e para investigação.

### **Qualificação dos Docentes como elemento indicativo da avaliação da qualidade**

A discussão sobre a formação contínua dos docentes é descrita como sendo um dos indicadores da qualidade do ensino superior em vários sistemas de educação. O PESS (2012-2020) define um conjunto de políticas de formação de docentes partindo da cooperação internacional para adquirir cada vez mais especialização e/ou formação com titulação mais alta. É possível verificar que houve um aumento significativo de docentes desde 2013, porém, os dados estatísticos indicam que não houve acompanhamento adequado da formação dos docentes em termos de quantidade e qualidade e o rápido crescimento dos estudantes (PESS, 2012-2020). O número total apresentado de forma agregada no gráfico 1, que dá alusão ao número de docentes no ensino superior em Moçambique, não cresceu de forma equitativa nos dois tipos de gestão do ensino superior. Doravante, verifica-se que o ensino privado cresceu em número bruto de docentes contratados, em tempo parcial ou tempo inteiro, se comparado com as IES de gestão pública. O gráfico 1 elucida o número agregado de docentes nas IES público e privado em Moçambique.

**Gráfico 1:** Total de Docentes nas IES em Moçambique (2003-2013)



**Fonte:** Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (2013) MINED (2013). Adaptado pelos autores (2016).

\*Os dados referentes ao ano de 2004, 2008, 2012 e 2013, foram apresentados de forma incompleta, em razão dos dados agregados disponíveis no Mined (2008) não apresentarem um conjunto de dados relativos algumas IES como ISCISA, ISAP, ISCTEM, UniLúrio e ISFIC.

Verificamos que ao mesmo tempo em que houve aumento do número de docentes no ensino superior, público ou privado, no período de 2003 a 2013, é necessário entender que este aumento não corroborou com o aumento da procura dos estudantes. Embora o aumento tenha sido contínuo ao longo do tempo, deve ser pensado em termos de qualidade e equidade como

evidenciado por Yorke (2003) e Morosini (2009). Estes autores sustentam a ideia de que qualidade e a equidade é que permitem a aplicabilidade e êxito dos programas de educação de modo positivo. Optamos por mensurar a qualidade do ensino superior em Moçambique, também a partir do nível da formação dos docentes (bacharel, licenciatura, mestrado e doutoramento), conforme tabela 3.

**Tabela 3:** Docentes, Formação nas IES – Moçambique (2003-2013)

Ano	Bacharel	Licenciado	Mestre	Doutorado	Média
2003	71	1.382	385	244	<b>2.105</b>
2004*	90	1.691	468	264	<b>2.516</b>
2005	84	1.368	600	304	<b>3.009</b>
2006	104	2.186	699	327	<b>3.316</b>
2007	124	3.426	1.253	561	<b>5.346</b>
2008**	24	2.847	887	466	<b>4.224</b>
2009	-	5.711	1.499	741	<b>7.951</b>
2010	-	7.416	1.894	782	<b>10.104</b>
2011	102	8.367	2.624	926	<b>12.019</b>
2012***	71	8.475	3.290	1.207	<b>13.915</b>
2013	71	11.791	5.196	1.241	<b>18.320</b>

**Fonte:** MEC (2003-2005), MEC (2005-2009), MINED (2011-2014), MCT (2005). Adaptado pelos autores (2016).

\* Na compilação de dados de 2004, não foram incluindo dados estatísticos e agregados do ISCISA;

\*\* Na compilação de dados de 2010, não dispõe de dados do ISAP, UniLúrio, ISCTEM. E não dispunha de dados em relação aos docentes com nível de Bacharel.

\*\*\*Na compilação de dados de 2012, não foi incluído dados do ISM.

A formação dos docentes constituiu um elemento relevante para mensurar a qualidade das instituições de ensino superior. Doravante, o próprio PEES (2012-2020) indica que devem existir várias políticas e estratégias para contínua formação do corpo docente nas IES em Moçambique. Destacamos que se observou um aumento em termos proporcionais do nível da formação dos docentes, com excepção ao nível de bacharel que teve variações crescentes e decrescentes entre 2003 a 2013. Do mesmo modo, houve um salto quantitativo alto de 2008 a 2011. Auferir as razões não é preocupação deste estudo, mas pode se avançar a hipótese de que houve criação de várias IES, isto é, 16 IES, no universo de 49 IES existentes em Moçambique. Outro aspecto é a natureza das mudanças na educação que vêm se reflectindo na preocupação com a questão da avaliação da qualidade nas IES, dos cursos, do corpo docente, o que se repercutiu na necessidade de reverter a crise na educação superior e implementar a qualificação dos docentes como elemento chave neste processo. No entanto, em consequência desta necessidade de formação contínua dos docentes no ensino superior, este processo foi acompanhado pelo surgimento crescente de cursos e vagas, sem que esse crescimento fosse acompanhado de qualidade operacional. Ou seja, para além do número reduzido de docentes, se comparado com o número de estudantes (Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior: 2003-2013), observa-se que na estrutura de formação do corpo docente, maioritariamente, há licenciados (65%), mestres (21%) e, em menor escala, os docentes com nível de bacharelato (2%) e doutoramento (10%).

## Conclusão

Analisar as dinâmicas do ensino superior principalmente o processo de avaliação da qualidade apresenta suas complexidades, desde a indefinição clara do que é qualidade no ensino superior, até aos principais indicadores que devem ser considerados para mensurar se uma IES é ou não de qualidade, e quais os dispositivos que regulam a criação e funcionamento com eficiência, equidade e qualidade.

Inicialmente houve intenção de analisar a evolução ao longo do tempo e os indicadores que são usuais para avaliar a qualidade do ensino superior, e como tal consideramos que cada época teve um conjunto de elementos estruturais que explicam a maior ou menor expansão do ensino superior. O que se verificou foi uma expansão das IES, mas sem desconcentração. Ou seja, houve uma espécie de aumento das IES tanto públicas como privadas, mas este não foi acompanhado pelo processo de distribuição quase equitativa ao longo das três regiões de Moçambique.

Consideramos a questão do financiamento como elemento chave e que sustenta o funcionamento das IES. E vimos que de entre as diversas modalidades, a do financiamento directo por via do orçamento do Estado é a mais visível, principalmente nas instituições públicas. Do mesmo modo, o financiamento por subsídio de propinas estudantil está cada vez mais próximo para as instituições de ensino superior privada. Compreendendo as dinâmicas do ensino superior, verificamos também que a qualificação dos docentes deve ser um ponto precípuo e que os governos, as universidades, devem investir nesta linha, visto que maior qualidade muitas vezes associa-se a qualificação dos docentes e do corpo técnico-administrativo. Nestes termos, em Moçambique, notavelmente os docentes do ensino superior são em sua maioria licenciados, com uma proporção de mestres, como indicado acima. Contrariamente ao desejável, os docentes com nível de Bacharelato ainda continuam em algumas IES, contudo, estão cada vez mais escassos e o docente com nível de Doutoramento vai crescendo.

## Referências Bibliográficas

- Amaral, N. C. (2008). *Autonomia E Financiamento Das IFES: Desafios E Ações. Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680.
- Bertolin, J. (2007). *Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira*. Revista Avaliação. v. 12, n. 2, p. 309-331, jun. 2007. Campinas: Sorocaba, SP.
- Burlamaqui, M. (2008) *Avaliação e Qualidade na Educação Superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro*. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo. v. 19, n. 39.
- Coêlho, I. M. (2003). *Educação superior: por uma outra avaliação*. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M & OLIVEIRA, J. F. de (orgs.). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa.
- Cohen, E. e Franco, R. (2001). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Conceição, P. et al. (1998). *Novas idéias para a universidade*. Lisboa: IST Press.
- Cunha, C. e Wertheim, J. (2001). *Políticas de educação: idéias e ações*. Brasília: Unesco. (Cadernos Unesco Brasil. Série educação, 5).
- Delors, J. et al. (2006). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez.

- Demo, P. (1999). *Avaliação qualitativa*. 6ª Edição, Campina, São Paulo. Autores Associados.
- Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes.
- Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez.
- Dias Sobrinho, J. (2008). *Qualidade, Avaliação: Do SINAES a Índices*. Revista Avaliação. Campinas; Sorocaba, São Paulo.
- Do Rosário, L. (2012). *Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique*. In: L. de Brito et al. (orgs) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 89-102.
- Faraco, C. A. (1991). *Avaliação e Gestão Universitária*. Curitiba: APUFPR. (Caderno 2: Avaliação na UFPR).
- Ferreira, A. (1995). *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, A. *O papel do Ensino Superior no quadro do Desenvolvimento em Moçambique*. UCM. Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento. n. 1 (2013). Beira.
- Ferrer, A. T. (1999). *La Evaluación y la calidad: dos cuestiones sometidas a discusión. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Fundação Cesgranrio, v. 7, n. 22. Rio de Janeiro.
- Franco, E. (2006). *Em busca da identidade no Ensino Superior particular: uma experiência particular*. Brasília: ABMES.
- Johnstone, B, D. *Responses to austerity: The Imperatives and limitations of Revenue Diversification in Higher Education*, 2001.
- Langa, P. V. (2012). *A Mercantilização do Ensino Superior e a relação com o saber: a Qualidade em Questão*. Revista Científica UEM, Ser: Ciências da Educação 1 (0), 21-41.
- Langa, V. P. e Zavale, C. N. (2015). *Private higher education in Mozambique: an overview of a growing subsystem. Working Papers in Higher Education Studies*, 1(2), 89-109.
- Mello, G. N.(1991). *Políticas públicas de educação*. Estud. Avaliação. São Paulo. Vol. 5.
- Morosini, et all., (2016). *A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores*. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 64 jan.-mar.
- Morosini, M. (2009). *Qualidade na educação superior: tendências do século*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43..
- Morosini, M. C. (2001). *Qualidade universitária: isomorfismo, diversidade e equidade*. Interface: comunicação, saúde e educação, v. 5, n. 9, p. 89-102.
- Oliveira, J. F. de (orgs.). (2003). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa.
- Otero, W. R. I., e Piñol, S. T. (2004). *A utilização do marketing pelas faculdades de administração. SC. Na percepção dos alunos*. In: Cenários da gestão universitária na contemporaneidade. Florianópolis: Insular.
- Premugy, P. I. (2012) *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Ed.: Ministério da Educação. Nº de Registo: DICES – MINED/2012. Maputo.
- Real, G. (2009). *Avaliação e qualidade no Ensino Superior: os impactos do período 1995-2002*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.3, p. 573-584.
- Rios, T. A. (2002). *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez .
- Sant’anna, I. M. (1995). *Por que Avaliar? Como Avaliar Critérios e Instrumentos?* Petrópolis : Vozes.
- Santiago, R. (1999). *O conceito de qualidade no Ensino Superior*. In: A Avaliação na Administração Pública (Vários autores). Lisboa: INA. p. 355-380.
- Santos, B. S. (2004). *A Universidade do Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez.
- Silva, D. A. (s/d). *Ensino Superior No Brasil*. Revista do Ensino Superior.
- Silva, G. e Silva, C. (2012) *Avaliação do Ensino Superior no Brasil: O Sinaes Sob Holofotes!*; Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros – Ano 3 – Edição Nº 07.2012).

- Silva, J. C. (2001). *O Exame Nacional de Cursos: a utilização de resultados por instituições do Distrito Federal*. Brasília. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília.
- Sousa, S. e Oliveira, R. (2010). *Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências*. Cad. Pesqui. vol.40 no.141 São Paulo.
- Taimo, J. U. (2010). *Ensino superior em Moçambique: história, política e gestão*. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba Tese (doutorado em Educação). São Paulo.
- Texeira, A. (1964). *A universidade de ontem e de hoje*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.42, n.95, p.27-47.
- Velloso, J.; (2000). *Universidade na América Latina: rumos do financiamento*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 110, p. 39-66, jul.
- Versieux, R. E. (2004). *Avaliação do Ensino Superior Brasileiro: PAIUB; o ENC e o SINAES*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP - Faculdade de Educação. Campinas.
- Wangenge-Ouma, G. e Langa, P. V. (2010) *Accountability as a disciplinary power in African higher education systems*. In: Bjorn, S. e H. Lee. New York, Accountability in Higher Education.